

FH propõe bandeira branca

Presidente oferece hoje compensações pela Lei Kandir e recursos para fundos de previdência

Ailton de Freitas

Catia Seabra, Cristiane Jungblut, Roberto Cordeiro e Patrícia Duarte

BRASÍLIA e PIÊN (PR)

Na véspera da reunião de hoje com 26 governadores, o presidente Fernando Henrique pediu trégua, dizendo que todos deveriam empunhar a bandeira branca da paz. Ele defendeu, em solenidade de inauguração de uma fábrica portuguesa de painéis de madeira em Piên, na Grande Curitiba, que todos os dirigentes deixem de lado divergências políticas e pessoais e discutam soluções para os problemas do país. O apelo aconteceu antes de os governadores do PT confirmarem que participarão do encontro.

— Tudo isso (divergências) deve ser posto à margem e, olhando para a Bandeira do Brasil, devemos trazer em nossas mãos uma só bandeira, branca, de paz e de tranquilidade — disse.

O presidente disse ainda que tinha esperanças de que todos os governadores participassem. Perguntado se a bandeira branca que sugeriu era para o governador de Minas, Itamar Franco (PMDB), que se recusa a participar da reunião, Fernando Henrique respondeu que servia a todos os governadores:

— Sentados à mesa, com a responsabilidade que temos de conduzir um grande país, saberemos encontrar o caminho para o ajuste fiscal necessário. Vamos deixar as mágoas de lado.

O presidente vai oferecer hoje duas opções para aliviar os cofres dos estados: novas compensações para as perdas com a Lei Kandir — que isenta de ICMS a exportação de produtos básicos e semimanufaturados — e estímulos à capitalização dos fundos de previdência. O instrumento para a composição dos fundos deverá ser um encontro de contas entre União e estados.

Governadores pefelistas elaboram documento com reivindicações

Os pefelistas elaboraram um documento no qual reivindicam que as perdas com Lei Kandir, Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), Cofins e PIS sejam limitados a 3% da receita líquida dos estados. Hoje, chegam a 13%. O partido pede ainda a revisão do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental. Outra reivindicação do PFL é o repasse para os estados de todo aumento de imposto ou contribuição federais. Com isso, a arrecadação com o reajuste de 0,18% na cobrança da CPMF, por exemplo, deveria ser compartilhada com os governadores. O PFL prega sanções para os governadores que não cumprem as metas do Governo. Os que seguem a cartilha do ajuste fiscal, ao contrário, deverão ser contemplados com linhas de crédito e investimentos. O partido sugere ainda a preservação dos programas sociais na hora dos cortes.

Liderando os pefelistas, Roseana Sarney (MA) tentava conquistar a adesão dos governadores de outros partidos. governador tucano do Mato Grosso, Dante de Oliveira, esteve na casa dela e saiu defendendo uma pauta comum, caso todos os partidos governistas chegassem ainda ontem a um consenso.

Ontem, num encontro com o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, o ministro da Educação, Paulo Renato

Souza, argumentou que, em relação ao Fundef, não há como evitar a perda dos estados, já que os recursos são repassados segundo o número de alunos.

O porta-voz da Presidência, Sergio Amaral, confirmou ontem à noite que as propostas sobre Lei Kandir e fundos de previdência estavam sendo analisadas por Fernando Henrique e pelos ministros. A preocupação do Planalto é evitar que a reunião fique apenas no debate.

— O presidente vai apresentar essas duas opções — confirmou Pimenta.

Pimenta passou o dia conversando com 18 dos 27 governadores, para tentar fechar as propostas a serem apresentadas pelo Governo. O ministro levou até o economista Paulo Brito, da Trade Cotia, para explicar a governadores como funcionaria o encontro de contas entre União e estados.

Covas diz que Governo não deve impor sacrifícios aos estados

Ao chegar a Brasília, o governador de São Paulo, o tucano Mário Covas, disse que o Governo não deve impor sacrifícios aos estados. Ele se queixou dos critérios de compensação da Lei Kandir.

As coincidências de propostas entre os governadores e o Planalto, além dos encontros ontem com os ministros, é um prova que governistas tentaram afinar a pauta com o Governo. A proposta de encontro de contas, anunciada quarta-feira pelo PFL, por exemplo, foi apresentada pelo partido a Fernando Henrique ainda em janeiro. O presidente submeteu a idéia ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, ao secretário-executivo da Fazenda, Pedro Parente, e a Armínio Fraga, que vai assumir a presidência do Banco Central.

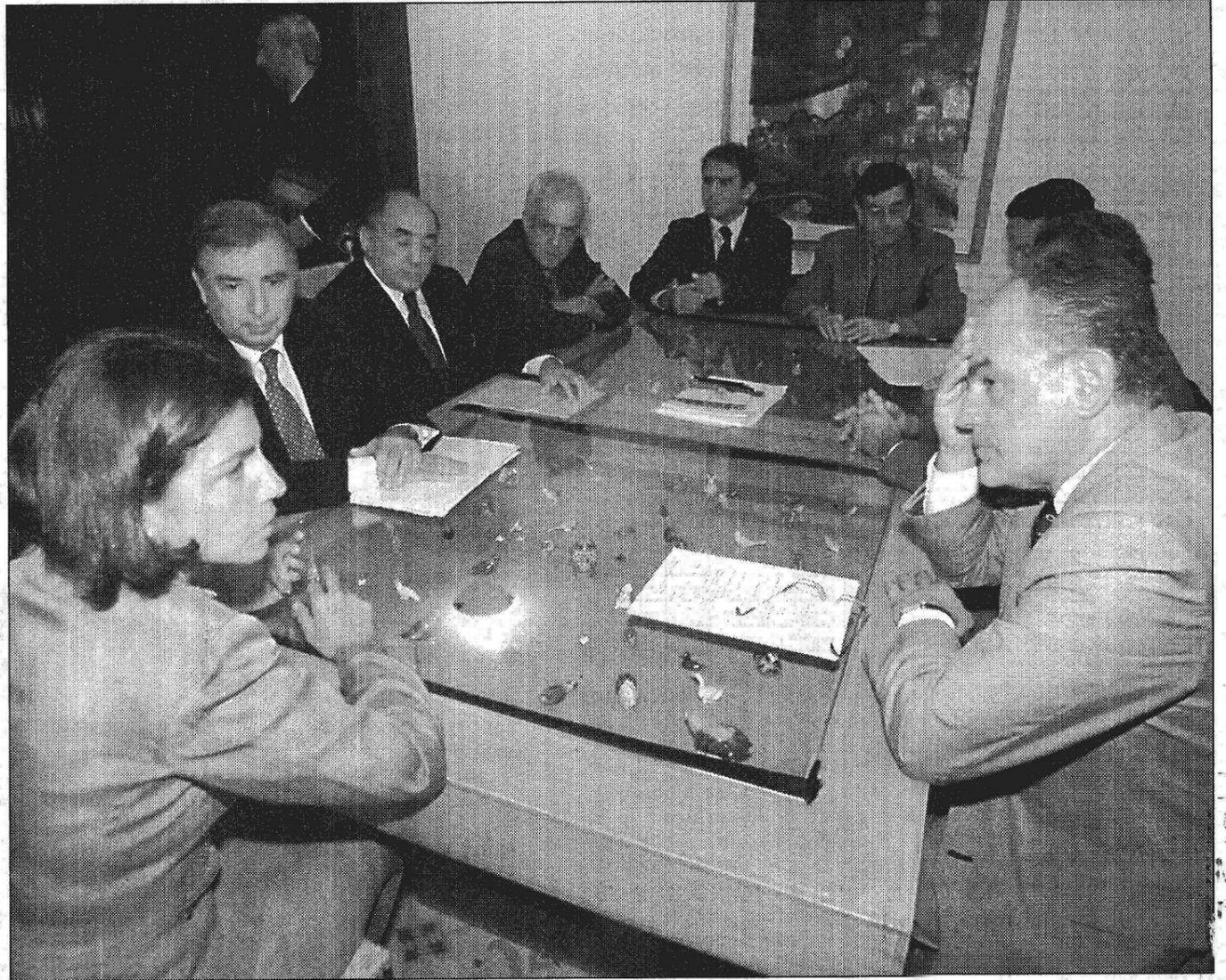
Em conversas com Pimenta, os governadores dos pequenos estados manifestaram a preocupação com o risco de o Governo tentar resolver apenas os problemas dos grandes. O Governo poderá dar compensações para o FEF. Mas renegociação de dívida, nem pensar.

Para o encontro, está confirmada a presença de três ministros: Pimenta, Malan e Waldeck Ornélas (Previdência). Amaral disse que 25 governadores confirmaram através de telefonemas sua presença. No caso do governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra (PT), o cerimonial do Palácio do Planalto recebeu apenas uma cópia da agenda de hoje do governador gaúcho, na qual consta o encontro na Granja do Torto.

Ornélas afirmou já ter mandado o INSS fazer os estudos necessários para viabilizar o encontro de contas entre a União e os estados. Ele participou de manhã da reunião com os ministros Clóvis Carvalho (Casa Civil), Malan e Pimenta para discutir as propostas.

O ministro ressaltou, porém, que o encontro de contas pleiteado pelos governadores poderá não render tanto assim para os estados, já que incluirá também os seus débitos com o INSS. Ele disse também que poderá haver discrepâncias nesses números: os créditos dos estados são originados da contribuição previdenciária ao INSS de trabalhadores que acabaram se aposentando como funcionários estaduais. ■

COLABORARAM Adriana Vasconcelos e Monica Gugliano



ROSEANA SARNEY conversa com o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, em reunião preparatória com outros governadores